



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011737-46.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **SOCIEDADE VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO**  
 Requerido: **ROGERIO LUIS NATI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de Ação de Cobrança proposta pelo rito sumário, promovida por **SOCIEDADE VISCONDE SÃO LEOPOLDO**, mantenedora da **UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS**, em face de **ROGÉRIO LUIS NATI**, responsável legal pela aluna Beatriz Gabriela Nati.

Alega a autora que a estudante é aluna regularmente matriculada no curso de Engenharia de Petróleo na Universidade Católica de Santos, a qual teria deixado de efetuar o pagamento de 5 (cinco) mensalidades escolares, com vencimentos de 10/02/2014 a 10/06/2014. Relata que sobre o valor das mensalidades incidem acréscimos legais, nos termos contratados pelas partes, incluindo juros de 1% (um por cento) ao mês, perfazendo uma dívida no valor de R\$ 6.908,85 (seis mil novecentos e oito reais e oitenta e cinco centavos). Pede a designação de audiência de conciliação, mediante a apresentação de resposta pelo réu, bem como a procedência da ação, com a condenação do requerido ao pagamento das parcelas em atraso, observando-se o cálculo anexo, o qual deverá ser atualizado para a data do efetivo pagamento, acrescido de correção monetária de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais honorários advocatícios e custas processuais. Protesta pelo depoimento pessoal do requerido e outras provas que se fizerem necessárias. A inicial foi instruída com os documentos de fls. 3/25.

Pela decisão de fls. 26/27, converteu-se o rito da ação de sumário para ordinário, determinando-se o recolhimento das custas iniciais, pela autora, para fins de citação.

Petição comprovando o atendimento à r. determinação às fls. 30/31.

Pelo ato ordinatório de fls. 33, a autora foi intimada para se manifestar sobre o AR negativo de fls. 32. Foi requerida a citação pessoal (fls. 36/37).

Pela decisão-mandado de fls. 43 foi determinada a citação pessoal do requerido,

**1011737-46.2014.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que teve cumprimento positivo, nos termos da certidão de fls. 47.

O requerido não apresentou contestação (fls. 49).

### **É O RELATÓRIO.**

### **FUNDAMENTO E DECIDO.**

É cabível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, II, do CPC, em decorrência da revelia.

Observo que a inicial atendeu a todos os requisitos legais, apontando a causa de pedir e os pedidos. O contrato, documento indispensável à análise do mérito, veio acompanhado da inicial (fls. 17/21), o qual previa, na cláusula segunda (fls. 18), que a vigência do instrumento, estabelecida para o ano de 2013, poderia ser automaticamente prorrogada, desde que o contratante estivesse adimplente, sujeitando-se, em caso de renovação, à alteração do valor da semestralidade, observando-se a legislação vigente. A planilha juntada às fls. 22 não denota contrariedade ao estabelecido no instrumento.

Com efeito, o réu não contestou a ação, reputando-se verdadeiros os fatos afirmados pela autora, uma vez que não se encontram presentes as exceções contidas no art. 320 do CPC.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, e condeno o requerido ao pagamento do valor de R\$ 6.908,85 (seis mil novecentos e oito reais e oitenta e cinco centavos), o qual deverá ser corrigido até o efetivo pagamento. A partir do ajuizamento da ação, observar-se-á a Tabela Prática do TJSP, considerando que a condenação resulta de decisão judicial. Juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Pela sucumbência, arcará, ainda, o requerido com o pagamento das custas e despesas em devolução, bem como aos honorários advocatícios, que arbitro em R\$ 700,00 (setecentos) reais, observado o artigo 20, parágrafo 4º, do CPC.

**PRIC**

São Carlos, 11 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**